



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO Conselho Superior

ATA DA 25ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2006/2007

20/11/06

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano dois mil e seis, na sala de reuniões no Fórum da Barra Funda, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública Geral do Estado Cristina Guelfi Gonçalves. Presentes os (as) Conselheiros (as) Carlos Henrique Acirón Loureiro, Daniela Sollberger Cembranelli, Marcia Regina Garutti em substituição ao Conselheiro Vitore André Zílio Maximiano, Noadir Marques da Silva Júnior, Pedro Giberti, Victor Hugo Albernaz Júnior, Wagner Giron de La Torre e Willian Fernandes. Ausentes justificadamente Carlos Weis, Franciane de Fátima Marques e Roque Jerônimo Andrade. Deu-se início aos trabalhos às nove horas e trinta minutos. Instalada a sessão, a Defensora Pública Geral saudou os presentes, e passou-se às comunicações da Presidência. Propôs que se iniciasse a reunião com a ordem do dia, sobre o que todos concordaram. Perguntou se todos confirmariam a presença na próxima reunião, em Sorocaba. O Conselheiro Wagner Giron de La Torre fez um aparte pedindo que a Defensora Pública Silvana participe da reunião em seu lugar, o que foi aceito por todos. A Presidente justificou a ausência de alguns defensores e apresentou a nova Secretária do Conselho, Tamara Castro. Passou-se ao momento aberto. O Presidente da Apadep, Davi, parabenizou a Defensoria pela realização do primeiro concurso e o gabinete pelo trabalho da Jornada da Moradia pela importância social que representa no combate à miséria e sugeriu como tema da reunião de sábado a possibilidade de propor ação de usucapião da área das linhas férreas na Favela do Moinho. Segundo o Presidente da Apadep, o PFL poderá ser um aliado importante da Defensoria. Disse que será importante a presença da sociedade na Assembléia para a aprovação do projeto da LDO, na semana de 11 a 15 de dezembro. Propôs que se discutisse a possibilidade de eliminação da lista de ponto, por não significar controle efetivo do trabalho. A Defensora Pública Geral alegou ser necessário um atestado de frequência para ser enviada à Secretaria da Fazenda. O Conselheiro Noadir Marques da Silva Jr. relatou o acordo que o MP mantém com a Fazenda para atestar a frequência. A Presidente disse que por ora a lista de ponto será mantida, mas haverá tempo para que o Conselho pense outra solução. O Presidente da Apadep disse que o Beneton ligou para o Conselheiro Vitore André Zílio Maximiano relatando que uma associação estava cobrando para assistir questões ligadas a afro-descendentes. Davi defendeu que há uma demanda para a Alesp, mas é necessário receber as críticas com viés político, como a questão da triagem econômico-financeira. Sugeriu que seja feito um plantão de fim de semana e que duas vezes por semana seja aberto o atendimento para todos. A Conselheira Daniela Sollberger sugeriu que a triagem seja feita por estagiários e que duas vezes por semana seja disponibilizado um defensor para atendimento. O Defensor Público, Coordenador de Execuções Penais, Geraldo Sanches, defendeu a necessidade de posicionamento sobre a política de atendimento a presídios, o que está, na maior parte, nas mãos de ONGs, que



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

deveriam ser coordenadas pela Defensoria. O Secretário da SAP concordou que a Defensoria deveria ser informada em caso de interrupção do convênio com os advogados da Funap, o que, no entanto, não ocorreu. O Defensor Público Geraldo relatou que conseguiu a transferência de um advogado para Guareí com o objetivo de atendimento aos processos locais. Porém, a Secretária da Funap não concordou e disse que o Defensor Público Geraldo Sanches Carvalho seria responsável pelas rebeliões que ocorressem e que a Defensoria deveria disponibilizar um advogado para atendimento da demanda hoje (23/11). Hoje o problema está contornado, mas a situação é bastante precária e a Defensoria deveria ter outros conveniados, que não a Funap, como faculdades e ONGs. Sugeriu que a Defensoria emita um ofício ao governador defendendo a necessidade de aprovar o projeto de convênio. A Defensora Pública Geral sugeriu que a questão seja discutida posteriormente. A Defensora Pública e Presidente da Comissão de Concurso e da Banca Examinadora Helena Rosa Rodrigues Costa apresentou a questão da minuta do resultado da primeira fase do concurso e da data da segunda fase, que se realizará em 17 de dezembro na Faculdade Oswaldo Cruz. A Defensora Pública Geral reiterou que deverá ser aprovado o edital do concurso e a lista dos aprovados. A lista será divulgada no site da Carlos Chagas após a aprovação no conselho. A Presidente sugeriu que se discutisse a sugestão do Coordenador de Execuções Penais relativa ao ofício ao governador para aprovação de convênio para atendimento do setor penitenciário. O Conselheiro Victor Hugo Albernaz Jr. manifestou-se dizendo que esta será uma postura política da Defensoria, que estará se comprometendo em relação ao governo. A Defensora Pública Geral considerou que essa atitude manifestará a importância institucional que a Defensoria dá ao caso. O Presidente da Apadep Davi referiu-se ao descredenciamento de uma instituição de atendimento a essa demanda e disse que não é contra a proposta do Defensor Geraldo, mas sugeriu que se realize uma reunião com o governador para discutir, além da questão da Funap, a renovação de alguns convênios entre outros itens. A Presidente concordou que a questão seja discutida em toda a sua amplitude, sem dar ênfase à Funap. O Conselheiro Noadir Marques da Silva Jr. acrescentou que colocar essa questão como uma agenda de discussão apartada significará uma fraqueza da Defensoria, por se tratar de uma mudança do posicionamento anterior da instituição em relação ao governador. Não havendo mais manifestações por parte dos Conselheiros passou-se a ordem do dia. CSDP n.º 03/2006. Interessado: Conselho Superior da Defensoria Pública. Assunto: I Concurso de Ingresso na carreira de Defensor Público. Relator: Conselheiro Carlos Henrique Acirón Loureiro. O Conselho Superior da Defensoria Pública DELIBEROU aprovar o edital de resultado da primeira prova escrita objetiva com a lista dos candidatos aprovados e convocados para a segunda prova escrita, indicando data, hora e local de sua realização. Impedida a Conselheira Daniela Sollberger Cembranelli. Aprovado por unanimidade. CSDP n.º 23/2006. Proponente: Roque Jerônimo Andrade. Assunto: Concurso de promoção na carreira de Defensor Público (regulamentação e edital). Relator: Conselheiro Pedro Giberti. Prorrogado para a próxima sessão. CSDP n.º 25/2006. Proponente: Cristina Guelfi Gonçalves. Assunto: Regulamentação do estágio de direito na Defensoria Pública. Relatora: Daniela Sollberger Cembranelli.




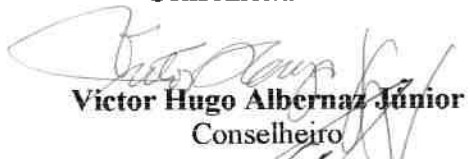
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO Conselho Superior

Prorrogado para a próxima sessão. CSDP n.º 412/2006. Proponente: Flávia D' Urso. Assunto: Afastamento dos inscritos para participar, sem prejuízo dos vencimentos e demais vantagens do cargo, entre os dias 05 a 08 de dezembro de 2006, do Seminário "Sistema Latino-americano de Direitos Humanos e Defensoria Pública" no Rio de Janeiro. Relator: Vitore André Zilio Maximiano. Aprovado por unanimidade. Não havendo mais processos a serem relatados na Ordem do Dia, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Tamara Castro, Diretora de Divisão, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo, 24 de novembro de 2006.



Cristina Guelfi Gonçalves
Presidente



Franciane de Fátima Marques
Conselheira

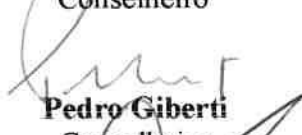

Marcia Regina Garutti
Conselheira *ad hoc*



Victor Hugo Albernaz Júnior
Conselheiro


Willian Fernandes
Conselheiro


Carlos Henrique Acirón Loureiro
Conselheiro


Noadir Marques da Silva Júnior
Conselheiro


Pedro Giberti
Conselheiro


Wagner Giron de La Torre
Conselheiro